

FUNDAÇÃO LUIS DE MOLINA FP

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Natureza

A Fundação Luis de Molina FP, adiante designada simplesmente por Fundação, é uma Fundação Pública de Direito Privado, que se rege pela Lei-Quadro das Fundações e demais legislação aplicável às pessoas coletivas públicas, bem como pelos presentes estatutos e regulamentos internos.

Artigo 2º

Sede e duração

A Fundação tem duração indeterminada e tem a sua sede na cidade de Évora, em instalações da Universidade de Évora.

Artigo 3º

Objeto e fins

1. A Fundação tem por objeto a promoção da contribuição da Universidade de Évora para o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e económico da comunidade.
2. Para a concretização do seu objeto, promoverá a cooperação da Universidade de Évora com pessoas singulares ou coletivas, públicas, privadas ou cooperativas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, com vista à prossecução dos seus objetivos; apoiará e poderá prosseguir atividades de ensino e de investigação no domínio das artes e das ciências visando o desenvolvimento sustentado; promoverá a difusão dos conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos e apoiará ações de formação, visando a rápida aplicação desses conhecimentos e a valorização cultural e profissional, e ainda apoiará e facilitará o funcionamento de sistemas de prestação de serviços à comunidade por parte da Universidade de Évora.

Artigo 4º

Património, receitas e despesas

1. A Fundação é instituída pela Universidade de Évora, com um fundo inicial próprio de vinte e cinco mil euros.

2. Integram ainda o património da Fundação todos os bens móveis, imóveis e direitos que ela adquirir com os rendimentos dos seus bens próprios ou que lhe advierem por qualquer outro título, nomeadamente em consequência da prestação de serviços à comunidade.

3. As receitas da Fundação são constituídas:

- a) Pelas contribuições ou subsídios de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras ou internacionais;
- b) Pelos juros e rendimentos dos bens e das atividades da Fundação;
- c) Por doações, heranças e legados feitos por terceiros e aceites pelo Conselho Diretivo;
- d) Por outras receitas permitidas por lei.

4. São despesas da Fundação as que resultam de encargos decorrentes da prossecução dos seus fins.

Artigo 5º

Gestão económico-financeira

1. Salvo as limitações decorrentes da lei, a Fundação goza de autonomia administrativa e financeira e está sujeita ao regime de gestão económico-financeira e patrimonial previsto na Lei-Quadro dos Institutos Públicos.

2. A Fundação, na prossecução dos seus fins e no respeito pela lei e pelos estatutos, poderá:

- a) Aceitar doações, heranças ou legados;
- b) Adquirir bens móveis e imóveis necessários à prossecução dos seus fins;
- c) Alienar e onerar bens imóveis ou de natureza mobiliária;
- d) Praticar todos os atos necessários à correta gestão e valorização do seu património.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Secção I

Artigo 6º

Órgãos

1. São órgãos da Fundação:

- a) O Conselho Geral
- b) O Conselho Diretivo

c) O Fiscal Único

2. Não é permitido aos membros dos órgãos da Fundação o desempenho simultâneo de mais de um cargo.

Secção II

Conselho Geral

Artigo 7º

Função

O Conselho Geral é o órgão que define as grandes linhas de orientação da Fundação.

Artigo 8º

Constituição

1. O Conselho Geral é constituído pelos seguintes membros:

a) O Reitor da Universidade de Évora, que preside;

b) Um Vice-reitor da Universidade de Évora designado pelo Reitor;

c) Um representante de cada unidade orgânica da Universidade de Évora designado pelo Reitor;

d) Cinco individualidades designadas pelo Conselho Geral da Universidade de Évora, mediante proposta do Reitor, representantes dos sectores cultural, social e económico da comunidade, ou a título pessoal, em reconhecimento do mérito excecional ou de contribuição para os objetivos da Fundação;

e) Um representante da Associação Académica da Universidade de Évora, por ela designado.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o mandato dos membros do Conselho Geral é de quatro anos, renovável por iguais períodos.

3. Os membros do Conselho Geral que o são por inerência dos cargos que ocupam exercem o seu mandato enquanto se mantiver a condição que determina a inerência.

Artigo 9º

Competência

Compete ao Conselho Geral:

a) Aprovar as alterações aos estatutos;

- b) Designar e exonerar os Vogais do Conselho Diretivo;
- c) Definir e estabelecer as políticas gerais de funcionamento da Fundação;
- d) Discutir e aprovar o relatório e as contas de cada exercício que forem apresentados pelo Conselho Diretivo, após parecer do Fiscal Único;
- e) Aprovar a alienação e oneração de bens imóveis;
- f) Discutir e aprovar o orçamento e os planos de atividade anuais e plurianuais que forem apresentados pelo Conselho Diretivo, após parecer do Fiscal Único;
- g) Deliberar sobre a extinção da Fundação por iniciativa do Conselho Geral ou do Conselho Diretivo;
- h) Decidir sobre quaisquer outras matérias que respeitem à atividade da Fundação, não cometidas por lei ou pelos estatutos a outros órgãos, por sua iniciativa ou por proposta do Conselho Diretivo.

Artigo 10º

Funcionamento

1. O Conselho Geral só pode funcionar estando presente a maioria dos seus membros com direito a voto.
2. Não se verificando na primeira convocação o quórum previsto no número anterior, será convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, vinte e quatro horas, prevendo-se nessa convocação que o Conselho Geral delibere desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto, em número não inferior a três.
3. As decisões do Conselho Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4. As decisões do Conselho Geral serão tomadas necessariamente por dois terços dos seus membros, nos seguintes casos:
 - a) Designação e exoneração dos Vogais do Conselho Diretivo;
 - b) Alteração dos estatutos da Fundação;
 - c) Alienação e oneração de bens imóveis;
5. Nas deliberações tomadas pelo Conselho Geral, e em caso de empate, o Presidente terá voto de qualidade.
6. Os membros do Conselho Diretivo poderão participar nas reuniões do Conselho Geral sem direito a voto.
7. O Conselho Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou quando solicitado por, pelo menos, dois terços dos seus membros.

Secção III

Conselho Diretivo

Artigo 11º

Função

O Conselho Diretivo é o órgão de administração da Fundação.

Artigo 12º

Constituição

1. O Conselho Diretivo é composto por um Presidente e dois Vogais, membros da Universidade de Évora, um dos quais exercerá as funções de Vice-presidente.
2. O Presidente é um Vice-reitor da Universidade de Évora, designado pelo Reitor.
3. Os Vogais são designados pelo Conselho Geral da Fundação, mediante proposta do Reitor.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o mandato dos membros do Conselho Diretivo é de quatro anos, sendo renovável uma única vez.
5. Os membros do Conselho Diretivo que assumirem essa qualidade por inerência do cargo que ocupam na Universidade de Évora exercem o seu mandato enquanto se mantiver a condição da sua inerência.

Artigo 13º

Competência

1. Ao Conselho Diretivo compete a gestão corrente da Fundação, dentro das linhas gerais definidas pelo Conselho Geral bem como o exercício das competências legalmente previstas.
2. Compete especialmente ao Conselho Diretivo:
 - a) Definir a organização interna da Fundação;
 - b) Administrar o património da Fundação;
 - c) Preparar e submeter à aprovação do Conselho Geral, após parecer do Fiscal Único, o orçamento e o plano de atividades, e o relatório e contas de cada exercício;
 - d) Representar a Fundação em juízo e fora dele;
 - e) Proceder ao inventário anual do património;
 - f) Aceitar doações, heranças e legados;
 - g) Decidir sobre a atribuição de bolsas, subsídios e sobre as incorporações no património;

- h) Propor alterações aos estatutos da Fundação;
- i) Propor a extinção da Fundação;
- j) Decidir sobre a contratação do pessoal indispensável ao funcionamento da Fundação;
- k) Tomar a iniciativa e o impulso de todas as atividades da Fundação na medida em que não caibam a outros órgãos.

Artigo 14º

Vinculação da Fundação

1. A Fundação fica obrigada em quaisquer atos ou contratos, pela assinatura de dois membros do Conselho Diretivo, um dos quais deverá ser o Presidente ou o Vogal em que aquele expressamente delegar.
2. A Fundação poderá constituir mandatário para a prática de certos e determinados atos.

Artigo 15º

Funcionamento

O Conselho Diretivo reúne uma vez por semana e extraordinariamente sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus membros.

Secção IV

Fiscal Único

Artigo 16º

Constituição

1. O controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Fundação é exercido por um Fiscal Único.
2. O Fiscal Único é um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas designado pelo Reitor da Universidade de Évora, sob proposta do Conselho Diretivo.
3. O mandato do Fiscal Único tem a duração de quatro anos e é renovável uma única vez.

Artigo 17º

Competência

Compete ao Fiscal Único exercer as competências que legalmente lhe estejam cometidas por lei, bem como dar parecer prévio sobre o plano de atividades, orçamento e o relatório e contas de cada exercício.

CAPITULO III

EXTINÇÃO

Artigo 18º

Destino dos bens em caso de extinção

Em caso de extinção o património reverterá para a Universidade de Évora.